



Revista Subjetividades

E-ISSN: 2359-0777

revistasubjetividades@gmail.com

Universidade de Fortaleza

Brasil

Zanatta Zupelari, Maria Fernanda; Leite Wick, Máira Arantes
A incerteza do futuro e a questão ambiental na contemporaneidade
Revista Subjetividades, vol. 15, núm. 3 , abril, 2015, pp. 447-456
Universidade de Fortaleza
Fortaleza, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=527568869013>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A INCERTEZA DO FUTURO E A QUESTÃO AMBIENTAL NA CONTEMPORANEIDADE

The Future Uncertainty and the Environmental Issue in the Contemporaneity

La Incertidumbre del Futuro y la Cuestión Ambiental en la Contemporaneidad

L'incertitude du Futur et la Question de L'environnement dans la Contemporanéité

Artigo Original

Resumo

Diante do agravamento da crise socioambiental, compreendida por nós em um contexto mais amplo como crise da civilização moderna ocidental, a educação ambiental (EA) ganha notoriedade ao promover e subsidiar a reflexão sobre a incerteza do futuro perante o debate sobre a finitude dos recursos naturais e o fenômeno do “hiperindividualismo” na contemporaneidade. Sob esse contexto (e pretexto), este ensaio teórico apresenta como principal objetivo estabelecer relações entre a questão ambiental, a educação ambiental e a insegurança de como será o tempo futuro. Para tanto, traçamos considerações a respeito do tempo (passado, presente e futuro), dos riscos e do sentimento de medo, questões frequentes no cenário do debate Modernidade/Pós-Modernidade. Acreditamos que a abordagem qualitativa é a que melhor expressa nosso interesse investigativo e para isso, empreendemos uma revisão bibliográfica, seguida de uma análise crítica. A partir das leituras empreendidas podemos inferir que a educação ambiental, nesse contexto, pode ser orientada para incitar as mudanças desejadas e necessárias a fim de reverter o quadro da crise socioambiental, ao difundir por meio dos processos educativos suas causas e consequências, despertando nos indivíduos a urgência de se repensar a organização e a produção social. Porém, não devemos e nem podemos atribuir a ela toda a responsabilidade pelas mudanças desejadas.

Palavras chave: educação ambiental; contemporaneidade; insegurança; crise; risco.

Abstract

Given the worsening environmental crisis, understood by us in a broader context as the modern Western civilization crisis, Environmental Education (EE) gains notoriety to promote and support the reflection on the uncertainty of the future before the debate on the finiteness of natural resources and the “hyperindividualism” phenomenon in contemporaneity. In this context (and excuse), this theoretical essay aims to establish relations between the environmental issue, the environmental education and the uncertainty of how the future will be. Therefore, we draw some considerations about the time (past, present and future), the risks and the feeling of fear, frequent questions asked in the scenario of Modernity / Post-Modernity debate. We believe the qualitative approach is the one that best expresses our investigative interest and for this, we undertook a literature review, followed by a critical analysis. From undertaken readings we can infer that environmental education, in this context, can be guided to incite the desired and needed changes in order to reverse the situation of environmental crisis, spread through the educational processes its causes and consequences, awakening in people the urgency to rethink the organization and social production. However, we must not and cannot assign to it all liability for the desired changes.

Maria Fernanda Zanatta
Zupelari⁽¹⁾

Maíra Arantes Leite Wick⁽²⁾

1) Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual Paulista, Mestranda em Educação na Universidade Estadual Paulista/ Campus de Rio Claro.

2) Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de São Carlos, Mestranda em Educação na Universidade Estadual Paulista/ Campus de Rio Claro.

Recebido em: 13/03/2014

Revisado em: 21/04/2015

Aceito em: 20/05/2015

Keywords: environmental education; contemporaneity; uncertainty; crisis; risk.

Resumen

Ante el agravio de la crisis socio ambiental, comprendido por nosotros como la crisis de la civilización moderna occidental, la educación ambiental (EA) gana notoriedad al promover y subsidiar la reflexión acerca de la incertidumbre del futuro ante el debate acerca de la finitud de los recursos naturales y los fenómenos del “hiperindividualismo” en la contemporaneidad. Bajo este contexto (y pretexto), este ensayo teórico presenta como principal objetivo establecer relaciones entre la cuestión ambiental, la educación ambiental y la incertidumbre de cómo será el tiempo futuro. Para eso, diseñamos consideraciones a respecto del tiempo (pasado, presente y futuro), de los riesgos y del sentimiento de miedo, cuestiones frecuentes en el escenario del debate Modernidad/Post- Modernidad. Creemos que el abordaje cualitativo es el que mejor expresa nuestro interés investigativo y para eso, adoptamos una revisión bibliográfica, seguida un análisis crítico. Partiendo de las lecturas adoptadas podemos inferir que la educación ambiental, en este contexto, puede ser orientada para estimular los cambios deseados y necesarios para revertir el cuadro de la crisis socio ambiental, al difundir por medio de los procesos educativos sus causas y consecuencias, despertando en los individuos la urgencia de repensar la organización y la producción social. Pero, no podemos conceder a ella toda la responsabilidad por los cambios deseados.

Palabras claves: educación ambiental; contemporaneidade; incertidumbre; crisis; riesgo.

Résumé

Devant l'aggravation de la crise socio-environnementale, comprise par nous dans un contexte plus large comme la crise de la civilisation moderne occidentale, l'éducation environnementale (EE) gagne de la notoriété par promouvoir et subventionner la réflexion sur l'incertitude du futur devant le débat sur la finitude des ressources naturelles et la phénomène de « l'hyperindividualisme » dans la contemporanéité. Sous ce contexte (et prétexte), cet essai théorique présente le but d'établir des relations entre la question environnementale, l'éducation environnementale et l'insécurité de ne pas savoir comment sera le futur. Pour cela, on a tracé des remarques à propos du temps (passé, présent et futur), des risques et du sentiment de peur, des questionnements fréquents dans le contexte du débat Modernité/Post-Modernité. On croit que la meilleure façon d'aborder ce sujet est la qualitative, car elle exprime notre intérêt de l'investiguer et pour cela on a pris une révision bibliographique suivie d'une analyse critique. À partir des lectures prises on a pu inférer que l'éducation environnementale peut être orientée à pousser les changements désirés nécessaires à fin d'inverser le cadre de la crise socio-environnementale en diffusant, à l'aide des processus éducatifs, ses causes et

conséquences, ce qui pousse les individus à l'urgence de repenser l'organisation et la production sociaux. Cependant, on ne doit pas attribuer à elle toute responsabilité des changements désirés.

Mots-clefs: l'éducation environnementale; contemporanéité; insécurité; crise; risque.

Indagar sobre o contemporâneo. Um desafio e uma necessidade. O presente nos revela a urgência de refletir sobre a situação desconfortante em que nos encontramos perante a crise da degradação dos recursos naturais, do capitalismo, das relações sociais e de identidade do indivíduo. Por fim, pensar sobre o hoje é também pensar em modos de como podemos intervir nesta crise, de diferentes e complementares escalas, a fim de compreender e se apoderar com certa profundidade discursos, significados e ações, e encarar o dilema que está posto: a sociedade em crise com o seu ambiente.

Alguns teóricos se aventuraram na busca e definição de conceitos que expressassem os preceitos que regem a sociedade contemporânea e a maneira pela qual ela está estruturada e organizada. Para tanto, conceberam distintos “modelos” de organização da sociedade atual, denominados de: sociedade “pré-moderna” (Latour, 1994); “moderna reflexiva” (Beck, 1997); “moderna tardia” (Giddens, 1997, 2007); “pós-moderna” (Lyotard, 197-; Bauman, 1998); “supermoderna” (Balandier, 1997) ou ainda, “hipermoderna” (Lipovetsky, 2004).

Este conjunto de conceitos ao qual nos referimos como “modelos” de organização social tem em comum a relação de voltar-se para a Modernidade no intuito de romper ou exaltar suas principais características definidoras. No entanto, são diversas (e até mesmo, algumas vezes, conflitantes) as possíveis leituras do mundo contemporâneo. O debate da Modernidade e da Pós-Modernidade sugere que exista uma crise enquanto delimitação de um paradigma filosófico orientador da sociedade contemporânea frente à possível limitação da era moderna diante das rupturas e aprofundamentos de suas características consensuais.

As contradições do paradigma da Modernidade engendraram disputas no campo a respeito de novas características que elucidassem a realidade e as crises que a sociedade contemporânea passou a enfrentar, como por exemplo, a socioambiental. Em consonância com esta afirmação, a Modernidade caracteriza-se por um período de novos enfrentamentos e de novos problemas, que por sua vez, prima pela busca de novas soluções, afirmando Luvizotto (2013, p. 246):

Pode-se assim entender a Modernidade como o fracionamento dos modelos estabelecidos no passado, construídos em unidades fechadas e que agora se abrem

direcionadas ao desconhecido. Pode ser encarada como a emancipação da razão ou a forma de (re) inventar novos caminhos de pensamento que dêem conta dos novos questionamentos. São as novas leituras de mundo.

A dificuldade em traçar um contexto, o qual delimite a contemporaneidade, consiste na inexistência de um consenso entre os cientistas, artistas e filósofos sobre esta temática, como esclarece Latour (1994, p. 15) a este respeito: “A Modernidade possui tantos sentidos quantos forem os pensadores ou jornalistas [que se debruçam sobre ela]. Ainda assim, todas as definições apontam para a passagem de tempo”.

A respeito da definição do período compreendido por contemporaneidade, Beck (1997) acrescenta ao debate sua concepção “como uma modernização ampla, solta e modificadora da estrutura [...] em certo aspecto, implica inseguranças de toda uma sociedade” (p. 14). Neste sentido, Harvey (2008, p. 113) crê que “o único consenso do moderno é a insegurança”.

A partir das discussões teóricas acima apresentadas podemos apontar como características da sociedade contemporânea que se aproximam de um consenso: a supervalorização do indivíduo (individualização); as relações pautadas em uma lógica do consumo; o despertar de uma sensação de insegurança e medo; a desvalorização às tradições e ao passado, acrescida de uma preocupação exacerbada com o presente, colocando em xeque a possibilidade de pensar o futuro. Neste sentido, Lima (2011) destaca algumas ameaças “[...] relacionadas à crise da sociabilidade contemporânea, caracterizadas por comportamentos consumistas e individualistas como [...] perda de sentido de vida, perturbações da identidade individual e coletiva [...]” (p. 75).

É, portanto, o modelo de organização e produção social que se estabeleceu com a Modernidade, baseado no hegemônico modo de produção capitalista que aprofunda no período contemporâneo a crise socioambiental. O debate acerca dos problemas ambientais foi estimulado diante do agravamento da crise ambiental e do aprofundamento da desigualdade social, em conflito com a consolidação de uma sociedade com vistas a um “crescimento econômico incontrolado”, pautada pela intensificação da exploração dos recursos naturais (McCormick, 1992) e humanos (Martinez-alier, 2011), decorrente do processo histórico de tentativa de dominação da natureza pela sociedade (Giddens, 1997). Vejamos a ideia explicitada a esse respeito por Beck (1997, p. 19):

Nesse contexto, devemos também reconsiderar a essência da ‘crise ecológica’ atual. A metamorfose dos efeitos colaterais despercebidos da produção industrial na perspectiva das crises ecológicas globais não parece mais um problema do mundo que nos cerca – um chamado

‘problema ambiental’ – mas sim uma crise institucional profunda da própria sociedade industrial.

Trata-se, portanto, também da degradação das relações sociais, da relação do indivíduo com ele mesmo e com o outro, e não somente da degradação da relação da sociedade com a natureza (Lima, 2011). Por isso preferimos adotar, nesse texto, o termo crise socioambiental, pois como vimos, ela atinge as diferentes esferas sociais e permeia as diversas relações.

A crise socioambiental traz à tona a discussão acerca da qualidade e até mesmo da incerteza do futuro, visto os cenários dramáticos que estão sendo desenhados pela ciência e pela mídia quanto à escassez e até finitude dos recursos naturais fundamentais à manutenção da vida, humana e não humana, sobre a Terra. Isto é, a segurança na contemporaneidade é efêmera e está alicerçada a uma sociedade extremamente individualista e consumista, “traz o medo do futuro ao invés de fornecer os meios de dominá-lo” (Giddens, 2002, p. 72).

Parte dessa discussão foi fomentada pela organização da sociedade civil nos moldes de uma mobilização social, que de acordo com Lima (2011), compõe os chamados “novos movimentos sociais”, cujas preocupações estão “[...] relacionadas com a identidade e a autonomia dos atores sociais, que caracterizam o momento pós-industrial. São visíveis, então, as preocupações com as ameaças físicas ou simbólicas à integridade da vida, em sentido amplo [...]” (p. 71).

Esta condição de insegurança retoma que a crise do projeto civilizatório da Modernidade assemelha-se, cada vez mais, ao seu antônimo circunstancial: a barbárie. Para tal fim, Schiller citado por Mattei (2002, p. 152) explicita: “Ainda somos bárbaros porque transportamos a violência para a degeneração moral, afastando-se de toda relação substancial com a natureza”.

Neste sentido, entendemos que os sentimentos de insegurança e medo estão intrinsecamente relacionados com a condição de barbárie, e toda a violência que é própria do tempo atual, no qual as relações deixaram de se pautar no cuidado e na solidariedade. “[...] Afinal, viver num mundo líquido-moderno conhecido por admitir apenas uma certeza – a de que amanhã não pode ser, não deve ser, não será como hoje – significa um ensaio diário de desaparecimento, sumiço, extinção e morte” (Bauman, 2008, p. 12).

O Futuro de uma Ilusão e suas Relações com o Tempo, os Riscos e o Medo

O futuro de uma ilusão, cujo alarde foi dado por Freud (1930/1978) no início do século XX, no contexto da produção da famosa obra “O mal-estar da civilização”, predispõe um futuro e uma ilusão. O psicanalista já podia

notar consequências do desenvolvimento da cultura moderna ocidental (que foi traduzido para o português como “civilização”) na crise do hiperindividualismo, no apego às religiões, conotadas como “ilusões”, e nas violências de diversas ordens que se estabeleceriam na sociedade do século XX.

Estabelecemos, a partir desse texto, uma relação possível com a reflexão sobre a educação ambiental voltada para uma sociedade hipermoderna, cujos males emergentes da Modernidade foram levados ao extremo, causando angústias e inseguranças na sociedade. A EA, no intuito de colaborar para, se não minimizar tais males, ao menos colocá-los na pauta das discussões atuais, propõe indagações acerca de algumas de suas causas e possíveis construções de futuro, a fim de prover resoluções para a crise socioambiental, visto que a EA é compreendida por Lima (2011, p. 25) “[...] como um dos instrumentos relevantes na busca de respostas para a crise”.

Desse modo, entendemos que para trabalhar o tema futuro é interessante relevar algumas questões relativas ao presente e passado, e suas implicações nas formas de uma dada sociedade se organizar, produzir, refletir, pensar e, por fim, se relacionar. Para tanto, o conceito de tradição surge como importante guia para o debate temporal, visto que pronuncia relações de como a sociedade se organiza perante a passagem do tempo, e ainda, elos que poderiam orientá-la diante de um futuro incerto. No propósito de colaborar com a compreensão do conceito de tradição levantamos apontamentos de Anthony Giddens em *Modernização Reflexiva* (1997) e *Mundo em descontrole* (2007).

Já quando o intuito for estabelecer questionamentos e considerações acerca da “ilusão”, elencaremos os conceitos de “risco” e de “medo” para orientar a discussão de como a falência do projeto de Modernidade fez este transformar-se em ilusão para a civilização ocidental, no que concerne a derrota da humanidade na tentativa de dominar a natureza (Adorno & Horkheimer, 1947/2006). Riscos de que o futuro contenha carências, escassez, guerras. Medo de como viver no presente com a iminência destes riscos.

O Tempo

Giddens (1997, p. 48) argumenta existirem “[...] infindáveis discussões sobre modernização e sobre o que significa ser moderno, mas poucos realmente sobre tradição”. Visando contribuir para essa discussão, apresentamos algumas reflexões empreendidas por este autor.

De acordo com Giddens (1997, p. 82), “A ‘integridade’ da tradição não deriva do simples fato da persistência sobre o tempo, mas do ‘trabalho’ contínuo de interpretação que é realizado para identificar os laços que ligam o presente ao passado”. Desta forma, não coloca em oposição definitiva a sociedade moderna e a tradição, pois afirma terem existido momentos de reconstrução e dissolução da tradição no

período moderno. Contudo, observou que com o advento da Modernidade houve um grande distanciamento do indivíduo em relação à tradição, com questões que remetem ao passado, à história (Giddens, 2007).

Se considerarmos que “A tradição é talvez o conceito mais básico do conservantismo, uma vez que os conservadores acreditam que ela encerra uma sabedoria acumulada” (Giddens, 2007, p. 52), é compreensível que a Modernidade, caracterizada por processos em constante mudança, desencadeie nos indivíduos um sentimento de rompimento com a tradição, e por sua vez, de desamparo, de não pertencimento, de insegurança.

Até o período pré-moderno, de forma bem generalista, a tradição predominava principalmente em comunidades locais. Entretanto, no processo de consolidação da Modernidade, e do predomínio do pensamento racional e científico, as chamadas “tradições” passaram a ser questionadas, e por isso, tende-se a afirmar que a Modernidade tornou-se “destradicionalizada”. Pois, “[...] a ciência e, de modo mais geral, a ‘razão’ deveriam substituir os preceitos supostamente irrefletidos da tradição e do costume” (Giddens, 1997, p. 86).

O diálogo estabelecido, até então, entre Modernidade e tradição foi afetado com o aprofundamento da globalização. Enquanto a tradição parecia ocorrer como algo isolado em comunidades, com a globalização e o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação, as diferentes tradições entram em contato umas com as outras e reinventam-se.

Dessa maneira, a ordem pós-tradicional estabeleceu-se sob os pilares da civilização moderna ocidental, na qual as tradições não desaparecem por completo, elas modificam-se, reinventam-se na direção para a manutenção da estrutura social globalmente organizada, o que colaborou com a perda gradual do reconhecimento do sujeito contemporâneo com a sua comunidade, e de sua própria identidade. Isto é, se o indivíduo faz parte de uma “aldeia global” (como foi apelidado o fenômeno da globalização), ele não se reconhece mais perante sua comunidade local (seu bairro, sua etnia), com a licença do dito popular “se está com todos, está sozinho” (Bauman, 2005).

A partir dessa linha de raciocínio pode-se relacionar, então, a problemática da tradição na Modernidade com a insegurança do futuro, pois o não reconhecer-se, o sentimento de não pertencer a um determinado grupo ou à determinada sociedade, faz imperar o individualismo e a importância do presente, condições estas da urgência das questões ambientais, uma vez que vivenciamos uma crise socioambiental produzida por uma sociedade consumista (efeito do individualismo), imprudente e inconsequente (efeito da supremacia do presente).

“Os problemas ambientais eram, em grande medida, percebidos como efeitos colaterais de um projeto inevitável de modernização, passíveis de serem corrigidos [...]”

(Layrargues & Lima, 2011, p. 5). A natureza, em vista desse modelo de desenvolvimento da sociedade, é compreendida como recursos para a produção e indica estreita relação com o passado isto é, com a busca da superação de uma sociedade até então “selvagem” por uma sociedade “civilizada”, como bem explica Moscovici (1975, p. 174): “Para o homem, o estado de natureza é o seu passado; o estado de sociedade, seu presente e seu futuro. É total a descontinuidade: toda tentativa para restabelecer um vínculo supostamente rompido é qualificada como retorno”. E, a partir da noção de “descontinuidade” propõe:

Acredita-se, muitas vezes, que nossa espécie tem como destino, desde sempre, lutar contra a natureza [...] Ela [a luta] se desenrola sempre que uma parte da Humanidade deve edificar sua própria realidade, ultrapassar o dado presente, apartar-se do passado e afirmar-se tomando uma opção a respeito do futuro. Eis o preço da sobrevivência. (p. 141)

O preço da sobrevivência à que o autor se refere está entremeado em riscos, que envolvem a qualidade e a manutenção da vida humana e que estão embasados nas escolhas, individuais e coletivas, sobre como a tradição, o presente e o futuro serão pautados nas relações entre a sociedade e a natureza, e entre grupos sociais. Estas, relacionam-se também às posturas adotadas frente a crise socioambiental, questões estas que serão tratadas a seguir.

O Risco

Giddens (2007, p. 33) aborda a concepção de risco e demonstra a estreita relação entre este fenômeno social e o paradigma da Modernidade:

Risco não é o mesmo que infortúnio ou perigo. Risco se refere a infortúnios ativamente avaliados em relação a possibilidades futuras. A palavra só passa a ser amplamente utilizada em sociedades orientadas para o futuro [...] O conceito de risco pressupõe uma sociedade que tenta ativamente romper com seu passado – de fato, a característica primordial da civilização industrial moderna.

A noção de futuro atrelada à concepção de risco é também explicitada por Beck (1997) e Giddens (1997). O primeiro autor traz para o debate a concepção de “sociedade de risco”, a qual emergiu com a “obsolescência da sociedade industrial”, pois “nesse caso, as instituições da sociedade industrial tornam-se os produtores e legitimadores das ameaças que não conseguem controlar” (Beck, 1997, pp. 15-16).

Giddens (1997) ao discutir a sensação de viver envolto em riscos na sociedade contemporânea, a qual Beck (1997)

declara ser “orientada para o futuro”, traça relações sobre o risco e a questão ambiental. Veja-se:

[...] a dinâmica mobilizadora de uma sociedade propensa à mudança, que deseja determinar seu próprio futuro em vez de confiá-lo à religião, à tradição ou aos caprichos da natureza (p. 34, grifo nosso) [...] Supunha-se que o risco seria uma maneira de regular o futuro, de normatizá-lo e submetê-lo ao nosso domínio. As coisas não se passaram assim. Nossas próprias tentativas de controlar o futuro tendem a ricochetear e cair sobre nós, forçando-nos a procurar modos diferentes de relação com a incerteza. (p. 36)

Se no contexto da sociedade essencialmente industrial se pretendia com esse modelo de desenvolvimento econômico e social obter um controle sobre o futuro, agora, com a transição para uma sociedade pós-industrial, se vivenciam momentos de insegurança, em parte porque, “[...] o mencionado ciclo de expansão econômica do pós-guerra, que resultou na emergência de uma crise ambiental, não seria possível sem a mediação de um acelerado desenvolvimento científico e tecnológico” (Lima, 2011, pp. 30-31). E desse panorama decorre, de acordo com Bernardes e Ferreira (2003), um dos mais pessimistas cenários para o futuro, apresentado em 1972 no formato de um relatório intitulado “Os limites do Desenvolvimento”, que tratava, resumidamente, das consequências ambientais do modelo de desenvolvimento econômico em vigor.

Os iminentes riscos passaram, portanto, a ser incorporados dentro de um debate político e Beck (1997, p. 169) passa a considerar que “os riscos podem ser compreendidos como perigos”, dadas às relações estabelecidas até então entre sociedade e natureza que ameaçam a própria existência humana.

Com isso, as transformações que a incerteza do futuro imprimiu no indivíduo, na sociedade e na natureza provocaram novos cálculos de riscos e oportunidades, efeitos da modernização, ou seja, caracterizaram-se pelo surgimento de um risco que não se pode mais calcular, logo, não se pode prever quais serão suas consequências. Reina a imprevisibilidade. O autor ainda apresenta uma diferenciação entre os riscos, que podem ser externos ou fabricados. Para compreender como o risco está presente na questão ambiental e suas alarmantes urgências de ação, interessa-nos apresentar a concepção de risco fabricado:

[...] risco criado pelo próprio impacto de nosso crescente conhecimento sobre o mundo [...] A maior parte dos riscos ambientais, como aqueles ligados ao aquecimento global, recaem nesta categoria [...] passamos a nos inquietar menos com o que a natureza pode fazer conosco, e mais com o que nós fizemos com a natureza. (Beck, 1997, pp. 36-37)

Essa é a principal característica da “sociedade de risco”, bem como os riscos incalculáveis produzidos pela radical dicotomia entre sociedade e natureza, conduzida pelo movimento filosófico do Iluminismo, cuja concepção determina um mundo instrumentalizado e antropocêntrico (Guimarães, 2003), aporte teórico da civilização moderna. Como se observa em:

No sentido de uma teoria social e de um diagnóstico de cultura, o conceito de sociedade de risco designa um estágio da Modernidade em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas até então no caminho da sociedade industrial [...] Primeiro, há o relacionamento da sociedade industrial moderna com os recursos da natureza e da cultura, sobre cuja existência ela é construída, mas que estão sendo dissipados no surgimento de uma modernização amplamente estabelecida. Isto se aplica à natureza não humana e à cultura humana em geral, assim como aos modos de vida culturais específicos [...] Segundo, há o relacionamento da sociedade com as ameaças e os problemas produzidos por ela, que por seu lado excedem as bases das ideias sociais de segurança. Por essa razão, assim que as pessoas tomam consciência deles, são capazes de abalar as suposições fundamentais da ordem social convencional. (Beck, 1997, pp. 17-18)

Santos (2008, p. 17) acrescenta sobre a oposição entre sociedade e natureza:

A história do homem sobre a Terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza. Hoje, com a tecnociência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução.

No intuito de contribuir para a discussão acerca da influência do progresso tecnocientífico para o estabelecimento de novos riscos, Luvizotto (2013, p. 248) entende que “A ciência e a tecnologia são as responsáveis pelo surgimento desses novos riscos, que incluem desde os nossos corpos até as grandes mudanças na estrutura da sociedade”. Entretanto, o projeto moderno de dominação natural do qual o avanço tecnocientífico é condição *sine qua non*, como já foi destacado, não obteve total êxito, ao passo que nos dias atuais nossa relação com a ciência e a tecnologia está se modificando. Apesar de que o conhecimento científico possa ser reconhecido como verdade absoluta, hoje não é aceito unanimemente, até mesmo em função de seu caráter “fluido”, como destaca Giddens (1997, p. 109):

A ciência perdeu boa parte da aura de autoridade que um dia possuiu. De certa forma, isso provavelmente é resultado da desilusão com os benefícios que, associados à tecnologia, ela alega ter trazido para a humanidade. Duas guerras mundiais, a invenção de armas de guerra terrivelmente destrutivas, a crise ecológica global e outros desenvolvimentos do presente século poderiam esfriar o ardor até dos mais otimistas defensores do progresso por meio da investigação científica desenfreada.

Nesta direção, como bem aponta Gonçalves (2004) a respeito da contradição da ciência e da técnica, enquanto essas são vistas como medidas redentoras dos problemas ambientais são, ao mesmo tempo, produzidas pela sociedade que os criou. Lima (2011) também faz uma abordagem semelhante, destacando os aspectos positivos do desenvolvimento científico, “[...] quando promove a legitimação e a divulgação do conhecimento sobre tais problemas e quando produz novas descobertas teóricas ou aplicadas que possam reduzir a dimensão da degradação ambiental” (p. 31). Sobre a ambiguidade, diz: “[...] ciência e tecnologia são, simultaneamente, parte do problema e parte da solução, ou seja, são criadoras de risco, mas também são indispensáveis à detecção e mitigação de seus efeitos nocivos” (p. 31).

O Medo

A angústia de permanecer cotidianamente com o conhecimento dos riscos pequenos e grandes, a que estamos submetidos, tornou a sociedade contemporânea, qual seja a “sociedade de risco”, em uma sociedade amedrontada, que desconhece muitas vezes o motivo de seu medo, mas que está à espera de fatos catastróficos, ou singulares, que ofereçam perigo ao indivíduo e à coletividade humana.

Santos (2008, pp. 21-22) discorre sobre a característica perene do medo nesta sociedade:

O que talvez seja, em nosso tempo, o traço mais dramático é o papel que passaram a obter, na vida quotidiana, o medo e a fantasia. Sempre houve épocas de medo. Mas esta é uma época de medo permanente e generalizado. A fantasia sempre povoou o espírito dos homens. Mas agora, industrializada, ela invade todos os momentos e todos os recantos da existência, a serviço do mercado e do poder, e constitui, juntamente com o medo, um dado essencial de nosso modelo de vida.

No intuito de apresentar a discussão sobre este medo presente da vida moderna buscamos aporte em Zygmunt Bauman, no livro *Medo líquido* (2008). Nesse texto, o autor inicia sua argumentação posicionando o sentimento de medo, em concordância com Freud (1930/1978), como um

efeito da falência do projeto da Modernidade, o qual propôs que por meio da técnica, a ciência e a razão, chegariam ao fim calamidades naturais, catástrofes, miséria, violência, enfim, a barbárie. “Em outras palavras, um tempo livre de toda a matéria de que são feitos os medos. O que deveria ser uma rota de fuga, contudo, revelou-se em vez disso num longo desvio [...] Vivemos de novo numa era de temores” (p. 8).

Isto é, a sociedade industrial não calculou os riscos de sua modernização, e desde meados do século XX, através do movimento ambientalista e outros movimentos sociais foi difundido que a ciência, a razão e a técnica encontram limites na própria tendência à barbárie que contém a civilização. Apesar dessa afirmação parecer contraditória, a civilização que deveria ser orientada para organização, desenvolvimento e cultura (Adorno, 1995), esbarra na barbárie que parece não ter sido superada completamente em oposição à civilização. O que vemos são contornos bárbaros no que diz respeito à violência, à extrema desigualdade social, à crise do individualismo extremo, à escassez de recursos naturais dentro de uma situação de “aparente civilização”.

Neste sentido, se o indivíduo sofre influências da “situação de barbárie”, apesar de acreditar estar inserido em uma “situação de civilização”, sabe que pode estar sujeito a todo tipo de mazelas decorrentes da barbarização da sociedade. A partir dessa condição “quase esquizofrênica”, o sujeito contemporâneo parece estar permanentemente acompanhado pelo sentimento de medo.

Bauman (1998) contribui com a temática supondo existir dois tipos de medo que o ser humano contemporâneo sofre: “o medo original”, o qual compartilha com outros animais - está relacionado ao instinto de sobrevivência e a consciência da inevitabilidade da morte; e o “medo secundário”, ou derivado, que é único do ser humano - é um processo social, e não necessita de uma ameaça real presente, pois “é uma estrutura mental estável que pode ser mais bem descrita como sentimento de ser suscetível ao perigo, uma sensação de insegurança e vulnerabilidade” (p. 9). Esta segunda tipologia pode ter três formas de ocorrência: ameaça ao corpo; ameaça às propriedades; e por fim, ameaça a posição social que o sujeito ocupa. Todas as três formas podem ser incitadas a partir de uma ameaça realizada a partir da natureza (terremoto, secas) ou de outro indivíduo (violência).

Ainda sobre o medo, Strife (2011) empreende uma pesquisa em que apresenta questões relacionadas ao medo apreendido pelas crianças frente às mudanças ambientais. Ela sugere que além da vulnerabilidade física à que estão submetidas, as crianças experienciam um estresse psicológico associado à degradação ambiental, podendo gerar a chamada “ecofobia”, que significa, em outros termos, medo dos problemas ambientais. Embora seja uma questão extremamente importante, não se sabe ao certo

quais são os impactos da ecofobia no comportamento pró-ambiental das crianças. No entanto, algumas pesquisas indicam que são despertados sentimentos de medo, raiva, ansiedade e incapacidade para promover mudanças. E em alguns casos, mesmo com esses sentimentos aflorando, alguns jovens rejeitaram o desespero (o medo) pela vontade de engajar-se em associações ou movimentos de proteção ao meio ambiente e promover comportamentos pró-ambientais (como reciclagem e conservação de energia). Sua pesquisa, por sua vez, revela que a maioria das crianças apresenta uma visão pessimista acerca dos problemas ambientais e de uma possível solução para o enfrentamento desses.

Podemos inferir, portanto, que a “ecofobia” pode ser impulsionada pela forma como os meios de comunicação tratam os problemas ambientais. Strife (2011) constatou em sua pesquisa que crianças que assistiam a muitos programas de televisão, notícias e filmes apresentavam esse pessimismo sobre o estado do meio ambiente no futuro. Giddens (2002) já afirmara anteriormente sua compreensão sobre o papel desempenhado pela mídia, esta compreendida como alarmante e catastrófica.

A questão ambiental, hoje, foi colocada na pauta de informativos de todos os meios midiáticos, na forma do medo de catástrofes, da “vingança da natureza”, o que não deveria ser paralisante para a sociedade, mas sim um convite à reflexão e a mudança de atitudes, comportamentos, e mais profundamente, de valores, sobre a maneira de se relacionar com a natureza e com outros indivíduos: “O medo é reconhecidamente o mais sinistro dos demônios que se aninham nas sociedades abertas de nossa época. Mas é a insegurança do presente e a incerteza do futuro que produzem e alimentam o medo mais apavorante e menos tolerável” (Bauman, 2007, p. 32).

O “mais apavorante e menos tolerável” medo gerado pela insegurança do presente e pela incerteza do futuro é aquele que coloca em xeque a permanência e reprodução da humanidade nos atuais padrões civilizatórios, diante de um único consenso de que a sociedade organizada modernamente não encontra em seu projeto de progresso técnico-científico possibilidades de manutenção do modo de produção capitalista industrial e exploratório ao limite.

A Educação Ambiental à Serviço da Incerteza do Futuro

Contudo, se a angústia do medo e da insegurança tornou-se companhia frequente do homem e da mulher contemporâneos, em consequência do avanço da sociedade tecnocientífica, pode ser que os produtos desta sociedade contribuam para o entendimento da situação de crise em que nos encontramos e proponham caminhos para a minimização da crise. Nesse sentido, a educação ambiental, interdisciplinar e complexa, abre possibilidade para

aprofundar esta reflexão.

Entendemos, então, a degradação ambiental e a desigualdade social como dimensões da crise socioambiental, que se apresenta como um desafio para a sociedade contemporânea, e no sentido de minimizar ou até superar estes problemas constituiu-se o movimento ambientalista em meados do século XX, a partir do qual se evidenciou o papel da educação, conforme apontado por Carvalho (1989, p. 5):

Seja qual for o modelo adotado na tentativa de explicar o atual estado de agressão à natureza praticada pela nossa sociedade, e sejam quais forem as alternativas de ação propostas, o processo educativo é visto por todos como uma possibilidade de provocar mudanças e alterar este quadro”.

Nessa direção, a educação ambiental, se trabalhada em conjunto com outras ações como políticas públicas, legislações de caráter de prevenção e reparação dos altos índices de impactos ambientais negativos, poderia contribuir para a mudança gradual dos padrões de consumo, dos valores e das ações da sociedade em direção à uma relação de cooperação da sociedade para com a natureza.

Uma das possibilidades para minimizar os riscos e estabelecer resistência é o desenvolvimento e a prática de uma educação ambiental comprometida em compreender “os riscos fabricados”, a partir da reorientação das tradições, e alterar o sentimento do medo da humanidade, no sentido de uma angústia criativa capaz de inquietar as sociedades a repensar a forma de produzir e organizar-se. Contudo, ressaltam:

Os problemas mundiais e os locais em cada nação não poderão ser resolvidos somente com educação, visto que a educação é uma prática social e, portanto, define-se em sociedade. Porém, não será possível solucionar problemas que se manifestam política e economicamente em todo o mundo sem a educação. (Loureiro, Azaziel, & Franca, 2007, p. 31)

Por fim, de acordo com Barcelos (2009), para que a EA obtenha resultados concretos não basta apenas promovermos ações que contribuam para um estado de consciência das causas e consequências da problemática ambiental. À educação ambiental, portanto, é dado o desafio de fomentar um processo educativo que aborde, além das causas e consequências dos problemas ambientais, especialmente a relação estabelecida entre sociedade e natureza (Layrargues, 2002), determinada por uma relação historicamente constituída.

Considerações Finais

Entendemos existir uma estreita relação entre a urgência da temática ambiental e o medo atribuído ao presente inseguro e ao futuro incerto. As inseguranças que decorrem dos “riscos fabricados”, geradoras desse medo, podem ser compreendidas de duas maneiras: 1) Há uma crise inevitável com o modo de produção capitalista, pois caso se esgotem os recursos naturais, conseqüentemente esgotar-se-á a produção e logo, todo o sistema de desenvolvimento econômico, sendo este o discurso das mídias alarmistas e de parte da comunidade acadêmica ou 2) Há uma preocupação do indivíduo com sua própria sobrevivência (e, sobrevivência da espécie humana) em decorrência dos riscos fabricados que são, muitas vezes, incalculáveis, desfecho de nossa argumentação nesse ensaio teórico. Contudo, o medo conduzido pelo processo educativo em direção a uma angústia criativa pode mobilizar a sociedade a repensar seus valores e a se reorganizar.

Sendo assim, a sociedade contemporânea encontra-se em um embate: no limite para o aprofundamento do que é moderno, pois o mercado, a técnica e a individualização hiperativos estão provocando ao mesmo tempo riscos e oportunidades para esta sociedade. Riscos, pois o medo, a indiferença e o desconhecimento da crise socioambiental nos torna descrentes de um futuro, fazendo-nos crer que, se o potencial destrutivo continuar em vigor, a tendência é o esgotamento de recursos, do consumo e por fim, da própria humanidade. E oportunidades: enquanto alguns grupos são submissos ao modelo de desenvolvimento que impera, outros enxergam a possibilidade, a partir da necessidade e urgência das mudanças que envolvem os padrões de consumo e produção, de se repensar a organização e a produção social. Esse pode ser interpretado como um dos papéis da educação ambiental: provocar, refletir, agir, modificar.

Referências

- Adorno, T., & Horkheimer, M. (2006). *Dialética do esclarecimento. Fragmentos filosóficos* (G. A. Almeida, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar. (Originalmente publicado em 1947)
- Adorno, T. (1995). Educação após Auschwitz. In T. Adorno (Org.), *Educação e emancipação* (L. Maar, Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Balandier, G. (1997). *O contorno: poder e modernidade*. (S. Martins, Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Barcelos, V. (2009) *Educação ambiental: sobre princípios, metodologias e atitudes*. (2a ed.) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bauman, Z. (1998). *O mal estar da pós-modernidade* (M.

- Gama & C. M. Gama, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z. (2007). *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z. (2008). *Medo líquido* (C. Alberto, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Beck, U. (1997). A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In U. Beck, A. Giddens, & S. Lash (Orgs.), *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna* (pp. 11-72). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Bernardes, J. A., & Ferreira, F. P. de M. (2003). Sociedade e natureza. In S. B. da Cunha, & A. J. T. Guerra (Orgs.), *A questão ambiental: diferentes abordagens* (pp. 17-42). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Carvalho, L. M. de. (1989). *A temática ambiental e a escola de 1º grau*, Tese de doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo).
- Freud, S. (1978). *Cinco lições de psicanálise: A história do movimento psicanalítico; O futuro de uma ilusão; O mal-estar na civilização; Esboço de psicanálise* (D. Marcondes, Trad.). São Paulo, SP: Abril Cultural. (Originalmente publicado em 1930)
- Giddens, A. (1997). A vida em uma sociedade pós-tradicional. In U. Beck, A. Giddens, & S. Lash (Orgs.), *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna* (pp. 73-134). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Giddens, A. (2007). *Mundo em descontrole* (6ª ed). Rio de Janeiro: Record.
- Gonçalves, C. W. P. (2004). *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record.
- Guimarães, M. (2003). Sustentabilidade e educação ambiental. In S. B. da Cunha, & A. J. T. Guerra (Orgs.), *A questão ambiental: diferentes abordagens* (pp. 81-106). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Harvey, D. (2008). *A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural* (A. U. Sobral, & M. S. Gonçalves, Trad. 17ª ed). São Paulo: Edições Loyola.
- Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos: Ensaio de antropologia simétrica* (C. I. da Costa, Trad.). Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Layrargues, P. P. (2002). Muito prazer, sou a educação ambiental, seu novo objeto de estudo sociológico. In *I Encontro Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em ambiente e sociedade* (pp. 1-15). Indaiatuba: ANPED.
- Layrargues, P. P., & Lima, G. F. da C. (2011). Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. In *VII Encontro Pesquisa em Educação Ambiental*. Ribeirão Preto: VII EPEA.
- Lima, G. F. da C. (2011). *Educação ambiental no Brasil: Formação, identidades e desafios*. Campinas, SP: Papirus.
- Lipovetsky, G. (2004). *Tempos hipermodernos* (M. Vilela, Trad.). São Paulo: Barcarolla.
- Loureiro, C. F. B., Azaziel, M., & Franca, N. (2007). *Educação ambiental e conselho em unidades de conservação: aspectos teóricos e metodológicos*. Rio de Janeiro: IBASE.
- Luvizotto, C. K. (2013). A racionalização das tradições na modernidade: o diálogo entre Anthony Giddens e Jurgen Habermas. *Rev. Trans/Form/Ação*, 245-258.
- Lyotard, J-F. (197-). *A condição pós-moderna* (J. B. de Miranda, Trad.). Lisboa: Gradiva.
- Martinez-alier, J. (2011). *O ecologismo dos pobres*. São Paulo: Contexto.
- Mattei, J. F. (2002). *A barbárie interior: ensaios sobre o i-mundo moderno* (I. M. Loureiro, Trad.). São Paulo: Editora Unesp.
- Mccormick, J. (1992). *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Moscovici, S. (1972). *Sociedade contra natureza*. Petrópolis: Vozes.
- Santos, M. (2008). *Técnica, espaço, tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional* (5ª ed). São Paulo: EDUSP.

Strife, S. J. (2012). Children's Environmental Concerns: Expressing Ecophobia. *The Journal of Environmental Education*, 43, 37-54.

Endereço para correspondência:

Maria Fernanda Zanatta Zupelari
Endereço: Rua 7 A, nº 917, Vila Alemã. Rio Claro/SP,
CEP: 13506-569.
E-mail: mfzanatta@yahoo.com.br

Endereço para correspondência:

Máira Arantes Leite Wick
Endereço: Rua Martim Francisco, nº 420, apto 74, Vila
Buarque. São Paulo/SP, CEP: 01226-000.
E-mail: mawick@gmail.com